

# Fundamentos econômicos da participação política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840 <sup>1</sup>

---

*Isaías Pascoal* <sup>2</sup>

## **Resumo**

Este artigo pretende analisar os fundamentos econômicos da intensa participação política da elite socioeconômica do sul de Minas na fase de constituição do Estado Nacional brasileiro, entre as décadas de 20 e 40 do século XIX. Parte do pressuposto de que as várias instâncias da vida social não se identificam, embora estabeleçam relações de condicionamento recíproco. O processo político no qual ela tomou parte esteve ancorado, em todos os momentos, num sistema econômico marcado pela produção de artigos voltados ao abastecimento da unidade de produção e de variadas praças comerciais, notadamente do Rio de Janeiro. Ao lutar pela ordem social e política, o seu desejo era também o de garantir as condições para a reprodução da sua situação socioeconômica, fonte do seu poder e do seu status.

**Palavras-chave:** Poder; Agricultura; Comércio; Reprodução; Elites (Ciências sociais) – Minas Gerais.

## **Abstract**

### ***Economics foundations of the participation of Minas South in the construction of the Brazilian State among the years 1822-1840***

This article intends to analyze the economic foundations of the south-economic elite politics participation when the Brazilian National State was being constituted, between the decades of 20 and 40 of the XIX century. It presumes that the several levels of social life do not identify themselves, although they have a mutual influence on each other. The politic process that it took part of had been based on an economic system marked by the production of the goods that were directed for the unity productions supplying and the various commercial places, overall, in Rio de Janeiro. In fighting for the social and political order, its desire was also to guarantee the conditions for the reproduction of the socio-economic situation, the source of its power and status.

**Key words:** Power; Agriculture; Trade; Reproduction; Elites (Social sciences) – Minas Gerais.

**JEL** R100, R200, Z100, J210, N900.

## **Introdução**

Chama atenção do pesquisador o forte engajamento político da elite social sul-mineira no processo de constituição do Estado brasileiro nos anos que se seguiram ao rompimento político com Portugal. Em alguns momentos, ela se dedicou a tal processo com fúria passional, quer por meio da imprensa local, quer

---

(1) Trabalho recebido em março de 2007 e aprovado em setembro de 2007.

(2) Professor na Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, MG, Brasil. Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). E-mail: [ipascoal@uol.com.br](mailto:ipascoal@uol.com.br).

por meio da atuação dos seus representantes políticos, ou por meio da mobilização de homens armados para a defesa da ordem e da legalidade.

No mesmo momento, percebe-se que um processo econômico de mais alta importância se desenrola no sul de Minas e se transforma no esteio que fundamenta toda atuação política das suas elites.

Quais os fundamentos econômicos da forte participação política dos setores sociais dominantes no sul de Minas na construção e na consolidação do Estado Nacional, no período que se seguiu ao rompimento político com Portugal, e como se podem estabelecer as relações entre as dinâmicas do processo econômico e da atuação política de modo que fiquem claras suas especificidades, interação e imbricamento?

Economia e política travam relações muito próximas, profundas, sem se identificar. Não há uma fórmula que possa dar conta de determinar suas relações *a priori*. Em cada momento, elas se cruzam e se influenciam de uma certa maneira, colocando-se problemas diversos. A forma de condução da política em uma sociedade pode afetar a dinâmica da economia. Da mesma forma, a evolução das variáveis econômicas pressiona a dinâmica da política. Épocas de boom ou de crise econômica têm efeitos sobre a vida política. Todavia, uma não se subsume à outra, guardando a especificidade do seu campo e das suas exigências conceituais e práticas. A política não pode ser tomada em abstrato, mas envolta numa teia de relações, condicionando e sendo condicionada, ligada a interesses de grupos que não pode desconhecer, e imersa numa configuração econômica que facilita ou dificulta determinadas opções.

O sociólogo Raymond Aron (1985, p. 133), sem desconhecer a influência e o condicionamento econômico das lides políticas, ressalta a especificidade do fenômeno político:

Parece difícil negar que a evolução política, condicionada, orientada incessantemente por influências econômicas, tem uma certa autonomia. Todos sabemos que as paixões políticas não se confundem com os interesses, nem se explicam inteiramente por eles: o patriotismo, a exaltação nacional, contradiz às vezes o cálculo econômico.

Ao se afirmar, portanto, que elementos não econômicos devem ser enfatizados para a compreensão da vida social, o que se quer é evitar dois extremos: a concepção de que a dinâmica econômica é determinante dos processos sociais em geral, e a negação da existência de instâncias ou dinâmicas com especificidades próprias, que se, por um lado, não são tributárias daquela, por outro, estão com ela em constante interação.

Portanto, se não se pode pensar a dimensão econômica como suficiente para prover a reprodução de um sistema econômico; sem os seus suportes, o

pensamento descamba numa aporia e a prática política, num espectro. Trata-se de amarrar os pontos que articulam as relações entre as várias esferas da vida social, num dado momento e local concretos, permitindo um entendimento mais substancial dos processos sociais.

Assim, este artigo está embasado em duas categorias nucleadoras que lhe dão suporte. São os conceitos de sociedade agrária e poder político.

O conceito de sociedade agrária (Moore Jr., 1983, p. 1) expressa a concepção de uma organização da vida social e econômica de pessoas que vivem da produção agrária e dela tiram o seu sustento material, constituindo-se no seu principal referencial econômico, fundamental para a manutenção e reprodução da vida pessoal, social e cultural. Mas o conceito em si não expressa a concretude do processo. Ele pode significar muito, se deixado em aberto. Que produção agrária? A que se volta para a exportação, ou se trata de produção camponesa, ou familiar, ou de outro tipo qualquer? Por isso, é importante frisar o seu formato e o seu conteúdo. Pretende-se trabalhar com esse conceito numa sociedade concreta e, geograficamente, bem limitada, que está situada no sul de Minas Gerais, especialmente em sua área mais extrema, num momento que cobre o final do século XVIII até a década de 1840. Nesses pouco mais de 40 anos, firmou-se sua vocação e identidade econômica que só foi modificada nos anos 70 do século XX, quando, na esteira de um processo mais geral, a industrialização se tornou o centro da sua vida social e ocasionou uma série de outras transformações sociais/econômicas/culturais.

O outro conceito é o de poder político. Neste ponto, a sugestão de Weber é fundamental e se presta adequadamente ao objeto da pesquisa. Weber entendia o poder como a imposição da própria vontade numa relação social. Como ele próprio reconhece, o conceito de poder é sociologicamente amorfo, podendo indicar variadas situações. Por isso, o conceito com o qual pretendo trabalhar deve ser clarificado: poder político, que está relacionado ao seu exercício e efeitos num espaço territorial, mobilizando recursos, meios, sobretudo a violência física, para o cumprimento das ordens e garantia da dominação (Weber, 1994, p. 33-34).

Esses dois conceitos, porém, serão utilizados buscando-se entender as relações sociais que eles procuram expressar e só assim ganharão sentido. Numa sociedade concreta, estabelecida no sul de Minas na primeira metade do século XIX, de base agrária, o poder político foi utilizado para garantir a realização de determinados objetivos, ligados aos interesses da sua classe dominante. A base agrária dessa sociedade foi fundamental para o exercício do poder político por parte desses setores dominantes, de tal forma que a ausência de um dos termos acarreta falhas na compreensão do outro.

## **1 Uma visão panorâmica**

A primeira metade do século XIX é um dos momentos mais densos e cruciais da história da sociedade brasileira como um todo. Egressa da situação colonial pelo processo que conduziu ao rompimento do estatuto colonial, suas elites sentiram a necessidade histórica de erigir um Estado Nacional soberano, num momento grave de dissensões internas, obstáculos externos e hegemonia inglesa. As forças sociais sul-mineiras, constituídas nesse momento, e por força da sua forte relação econômica com a Corte, são chamadas a participar do processo que se desenrola no cenário nacional. A sua participação marcou profundamente sua consciência política. Uma cultura política bem definida emergiu ao longo do processo, marcada pela adesão incondicional ao projeto socioeconômico e político das elites moderadas, que, após a abdicação de D. Pedro I em 1831, conduziram as lides políticas, inspiradas no Liberalismo. Para essa elite liberal moderada, a manutenção da integridade territorial do Império brasileiro, a liberdade comercial, mesmo que ao preço da subordinação aos interesses da economia inglesa, a manutenção das relações de produção escravistas e status social oriundos do período colonial e a construção do espaço político e social interno de acordo com o seu projeto eram inegociáveis. Os setores sociais hegemônicos no sul de Minas comungaram plenamente desses ideais e se tornaram uma base social estável para as lutas renhidas que se desenrolavam no cenário político brasileiro daqueles tempos. Poucas vezes se viu uma adesão tão incondicional. Essas forças dominantes, hegemônicas econômica, ideológica e politicamente o espaço social no sul de Minas, transformaram outros setores sociais não dominantes, numa expressiva força coadjuvante, mobilizada em diversas ocasiões, para a manutenção da ordem social e política. Os que não se identificavam com esse projeto foram perseguidos, presos, mortos, estereotipados como inimigos da nação, anarquistas, monstros e, por isso, passíveis de eliminação.

Os ideais desses setores dominantes foram erigidos como os únicos racionais, identificados com os interesses coletivos da nação, que é a categoria mais forte perceptível em seus discursos.

Na maior parte do tempo, essas forças dominantes, e os demais setores sociais que gravitavam em sua órbita, não se rebelaram contra o governo, propugnando medidas que fossem contrárias à ordem social e política, para elas, um valor inquestionável.

Elas eram compostas por grandes proprietários de terra, comerciantes, proprietários-comerciantes, homens poderosos socialmente, como o fazendeiro Custódio José Dias, grande criador de gado na região de Alfenas (Valadão, 1955, p. 355); o tenente-coronel Caetano Ferreira da Costa e Silva, de São Caetano da Vargem Grande (Guimarães, 1987, p. 99), homem de grande destaque na

repressão aos rebeldes liberais de 1842; o barão do Rio Verde e o comendador Francisco de Paula Bueno, de São Gonçalo da Campanha (Rezende, 1988, p. 306), homens de relações de amizade e parentesco nas poderosas famílias Itaboraí e Uruguai, no Rio de Janeiro; senador José Bento (Valadão, 1955, p. 414-421), de Pouso Alegre; Antônio de Barros Mello, maior chefe do partido conservador em Pouso Alegre (Queirós, 1933, p. 112); o capitão Porfírio Bueno Brandão, o major Francisco de Paiva Bueno (pai de Júlio Bueno Brandão, um dos mais poderosos políticos mineiros no período final do Império e início da República), o abastado fazendeiro José Antônio de Lemos (padrasto de Silviano Brandão, uma das mais proeminentes figuras políticas de Minas, entre o final do Império e início da República), de Ouro Fino (Leite, 1941, p. 78-82); o comendador Paula Ferreira (Rezende, 1988, p. 145.), de Campanha, amigo de políticos importantes, como Limpo de Abreu, Feijó e Vasconcelos. Junto a esse batalhão de homens poderosos econômica, social e politicamente, sobressaem figuras que participam da sua visão de mundo, freqüentam suas casas, lutam pelos mesmos ideais sociopolíticos, mas que formam uma outra categoria social: os padres, como José Bento, José Custódio Dias, Quadros Aranha, Joaquim Daniel, José Pedro de Barros (todos do eixo Pouso Alegre–Campanha e, com exceção do último, muito ligados entre si e com a elite dominante), entre muitos outros; oficiais da guarda nacional, delegados e subdelegados, como Julião Florêncio Meyer, de Pouso Alegre; e, sobretudo, os magistrados, como o juiz de direito de Pouso Alegre, Bernardino José de Campos, e Tristão Antônio de Alvarenga, que serviu em várias localidades do sul de Minas.

Essas personagens compõem, entre muitos outros, a classe dominante no sul de Minas. Todos com a mesma visão da política, da economia e da manutenção das relações sociais escravistas. Para elas, não havia incompatibilidade entre o liberalismo professado e a presença da escravidão, tida como natural, sendo inconcebível qualquer alternativa.

Um dos fatores mais decisivos na configuração do processo acima descrito foi a vinda família real portuguesa para o Brasil, com milhares de cortesãos, fugindo da invasão desencadeada por Napoleão. As necessidades materiais dessa grande imigração exigiram uma rápida resposta por parte das autoridades. Entre as várias medidas tomadas, o abastecimento da Corte, no Rio de Janeiro, foi incentivado. O sul de Minas se tornou um dos seus maiores abastecedores. Estabeleceu-se uma forte relação econômica entre as duas regiões e interesses materiais em ambos os lados se cristalizaram. O destino econômico e político da sociedade que surgia no sul de Minas se ligou ao da Corte, conferindo-lhe um perfil de estabilidade que, até então, não tivera. A população aumentou com a formação de fazendas, sítios, posses. Povoados viraram freguesias, distritos e apareceram as primeiras vilas, depois, cidades. O cultivo se diversificou e se expandiu. Isso representou para a região uma grande mudança. Ela não mais estará

sujeita às características da sociedade movediça, típicas das áreas mineradoras, em que o afluxo populacional é tão intenso quanto o refluxo, na medida do boom e crise da exploração aurífera.

O movimento que culminou com a independência gerou uma situação inédita para o Brasil. Até então estivera submetido ao estatuto colonial. O centro de decisões estava fora do país, na metrópole. A independência, se não foi uma revolução no sentido de alterar a configuração social herdada da colônia (a estrutura social colonial foi mantida na nova realidade inaugurada, bastando ver a continuidade da escravidão, só encerrada no crepúsculo do século. Aliás, a manutenção da antiga estrutura social e do status a ela inerente foi uma condição inquestionável para a maior parte dos envolvidos no processo), foi uma revolução no sentido de que significou o fim do estatuto colonial e a internalização dos centros de decisão. Agora, cabe à classe dirigente brasileira o desafio de encontrar as soluções para os problemas que vão surgindo. Terá de rearranjar o espaço interno, dar-lhe uma configuração político-institucional, definir todas as questões a ela inerentes, além de estruturar o espaço econômico-social e enfrentar as contradições de todo tipo nele engendradas pelo embate de forças sociais portadoras de projetos conflitantes.

Nesse sentido, a independência implicou uma revolução. Entre 1822 e o fim da década de 40, a classe dirigente do Brasil vai enfrentar o desafio de construir o Estado Nacional. Os desafios e riscos postos são enormes e, por quase três décadas, foram a sua maior preocupação. Outros problemas<sup>3</sup> só puderam ser enfrentados quando o Estado brasileiro se consolidou no formato dado pelos políticos “saquaremas”. Para a classe dirigente, era urgente enfrentar o desafio de institucionalizar o país, definir a cidadania, excluir os que para ela foram julgados inaptos, costurar sua difícil unidade diante do exemplo de fragmentação da América espanhola vizinha, evitar o colapso da ordem social colonial, condição fundamental para o seu engajamento no processo emancipacionista. A essas tarefas ela se entregou com uma paixão messiânica.

O processo de construção do Estado Nacional brasileiro passou por graves momentos. O primeiro reinado e os conflitos que culminaram na renúncia de D. Pedro I; a regência e a nacionalização da elite política brasileira, a perda do centro de autoridade e hegemonia emanadas de D. Pedro e das estruturas por ele criadas, a eclosão da grave crise que ameaçou derrubar o Estado Nacional e os projetos que o emolduravam; o regresso e as mudanças conservadoras por ele operadas e a consolidação do Estado em fins dos anos 40.

---

(3) A partir da segunda metade dos anos 40, a pressão pela criação de uma legislação comercial mais moderna foi intensa; começaram os preparativos para enfrentar a questão do tráfico de escravos; os conflitos externos avolumaram no Cone Sul; as discussões por uma reforma judiciária, hipotecária e eleitoral se intensificaram. As questões político-institucionais dos anos 20, 30 e início dos 40 pareciam superadas.

Esse processo, fundamental na história do Brasil, atingiu em cheio a sociedade no sul de Minas Gerais, recém-nascida. Exatamente quando o Brasil destruía o estatuto colonial e internalizava os centros de decisão, com a criação do Estado Nacional, no sul de Minas ocorria um grande processo de mudança na base econômica. Firmava o seu perfil agrário. Produzia artigos agrícolas e pecuários para a subsistência local e para o comércio com a vizinhança, com São Paulo e, mais que tudo, com o Rio de Janeiro. Crescia o seu contingente demográfico. Povoados, freguesias, distritos foram formados. Surgiram as primeiras vilas e cidades. Interesses econômicos ligados à produção agrícola destinada ao abastecimento se configuravam na formação de uma classe de proprietários agrícolas e pecuários dedicados à comercialização de seus produtos em diversos mercados. Enquanto isso, na Corte, o país enfrentava os desafios da sua constituição como Estado livre e soberano. As lutas políticas aguçaram as crises, e os interesses econômicos e sociais tiveram que se definir. A elite econômico-social no sul de Minas, já desde o início do século, se ligara aos interesses econômicos da Corte. Diante da nova realidade política, criada pela independência e pelo processo crítico de construção do Estado, foi, também, engajada na luta, que culminou no período regencial, quando a primeira geração de políticos da região amadureceu. Essa participação alcançou maior densidade num dos períodos mais críticos da história do Brasil: os nove anos da regência, em que o edifício social, institucional e político brasileiro quase ruiu (Nabuco, 1997, p. 58-59). A sociedade sul-mineira se agitou e seus grupos políticos se lançaram nas lutas travadas. Quando começou o Regresso e as reformas por ele conduzidas superaram a crise político-institucional, em longo processo que viu a campanha pela antecipação da maioria de D. Pedro II ser aprovada e a complementação do arcabouço jurídico-político-institucional do Estado Nacional ser implementado, no sul de Minas já havia se consolidado uma sociedade bem definida como uma entidade (uma realidade) histórico-social visível e explícita, enraizada na propriedade agrária produtora de artigos voltados à subsistência, ou direcionados ao mercado interno local, regional e, sobretudo, ao Rio de Janeiro.

As forças sociais dominantes no sul de Minas não anteviam outra opção senão engajar-se na luta para firmar o Estado, definir suas instituições e aparato jurídico, para garantir a paz e estabilidade social, fundamentais para a reprodução da sua vida. Um outro arranjo jurídico-institucional, como o preconizado por outras forças do espectro político, não indicava solidez e transmitia insegurança. Naquele momento histórico, ao lado dos moderados, as forças sociais hegemônicas no sul de Minas se sentiam imbuídas de uma missão salvacionista, na qual acreditavam e para a qual devotavam suas forças, recusando apoio aos que elas entendiam ser aventureiros, tidos como perigosos para a estabilidade da jovem nação que se constituía. Aventureiros, na sua forma de interpretar a conjuntura,

eram os que queriam um arranjo institucional absolutista, os que suspiravam pela volta de D. Pedro I ao trono, os que ansiavam por reformas perigosas e incompatíveis com o estado da sociedade brasileira naquele momento e que lançavam mão de motins, sedições e pronunciamentos populares como tática de luta, criando uma situação explosiva que tendia à fragmentação territorial do país e a lutas intestinas. Não eram patriotas. Estavam a serviço de interesses excêntricos, egoísticos, não identificados com os interesses nacionais, os únicos tidos como aceitáveis e racionais, que os liberais moderados julgavam expressar. Essas forças políticas moderadas, em nível nacional e no sul de Minas, identificavam os seus interesses com os da nação, atitude de racionalização de toda classe que busca ser hegemônica.

Foi a base econômica agrária, produtora de artigos de subsistência para o autoconsumo e para comercialização em várias praças, que permitiu às forças dominantes enxergar o processo político da época por esse prisma. Elas teriam a perder se outro fosse o desfecho dos embates políticos. Queriam a paz social e a estabilidade para que o fluxo mercantil permitisse a reprodução da sua vida social.

## **2 A crise da mineração e o povoamento do sul de Minas**

A partir de 1760, tem início a decadência da mineração, acentuada no fim do século. A extração do quinto do ouro pode ser tomada como um indicativo da queda. Em 1763, a arrecadação do quinto somou 99 arrobas de ouro. Em todos os anos a seguir ela só caiu, atingindo 72 arrobas em 1778. De 1774 a 1784, a arrecadação foi de 765 arrobas, e de 1785 a 1794, chegou a 456 arrobas. Nos anos anteriores a 1763, quando a mineração chegou ao auge da produção, a arrecadação sempre ultrapassou 100 arrobas (Maxwell, 1977, p. 286-288).

A literatura histórica sobre o período mostra com clareza a crise e uma certa angústia se apossando das autoridades e do povo, pois, com uma população quase dez vezes maior que no início da exploração, o ouro escasseava.

Foi em meio a essa situação tensa, crítica e contraditória, de uma população grande em um momento de decadência da principal atividade econômica, que uma lenta reviravolta econômica, quase não pressentida na época, ocorreu em Minas Gerais. Os estudos mais recentes (Libby, 1988; Martins, 1983; Fragoso, 1998) mostram que a capitania conjugou desde o princípio atividades econômicas diversas. Ao lado da mineração, outras atividades foram desenvolvidas e intensificadas: agricultura e pecuária. Esse processo deu origem a novos povoamentos, ou intensificou pequenos núcleos que haviam se formado durante o tempo do boom da mineração, mas não apresentavam força própria capaz de garantir a continuidade do núcleo populacional, ou de dinamizá-lo.

Caio Prado Júnior (1987, p. 57) assinala:

Outros núcleos de povoamento tiveram origem em atividades subsidiárias da mineração ou que a elas substituíram quando começa a decadência das explorações na segunda metade do sec. XVIII. As regiões mineradoras não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura, nem à pecuária.

Saint-Hilaire (1975, p. 69-70) deixou um relato sobre os fenômenos do refluxo populacional e da sensação de abandono, por ocasião da sua primeira viagem a Minas:

A grande quantidade de ouro que se encontrou em Vila Rica foi a única causa de sua fundação... Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Vila Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está atualmente reduzida a 8 mil; esta vila estaria mais deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e residência de um regimento.

Em algumas áreas havia uma certa reconstituição populacional, através da agropecuária ou até novos achados de ouro. Mas isto era impossível nas áreas principais de mineração, devido à constituição do solo: "... E como aqueles se localizam na parte central da capitania, assistimos em Minas Gerais a um povoamento demográfico centrífugo, daquela parte central, em que dantes se adensara a população, para a periferia" (Prado Júnior, 1987, p. 75)

Fica claro que a grande população das Minas Gerais, no final do século XVIII, era forçada a buscar outros lugares e outras formas de ganhar a vida, porque a produção do ouro já não mais sustentava as expectativas de milhares de pessoas. Na realidade, a conjugação de agricultura e pecuária com a mineração ocorreu desde o início. Áreas especializadas na produção de artigos de subsistência foram criadas em várias localidades. A decadência da mineração acelerou esse processo, provocando uma transformação no perfil econômico da sociedade mineira, caracterizada, a partir de então, pela predominância das atividades agrícolas de subsistência. A comarca do Rio das Mortes, mais ao sul da capitania, se colocou em posição privilegiada para receber grande contingente populacional. Ela não se constituía em um grande centro de produção de ouro, embora ele fosse aí explorado em várias localidades. Com a crise, aos poucos, ela foi tomando uma nova feição.

Caio Prado (1987, p. 53), ao estudá-la, afirma:

Ao sul deles (centros mineradores), na bacia do rio Grande, que formaria a comarca do Rio das Mortes, instala-se, de permeio com os estabelecimentos mineradores locais, de pequeno vulto e logo decadentes, um outro centro pastoril. Constituirá o que hoje se denomina o Sul de Minas. O progresso da pecuária nesta região, favorecida por condições naturais destacadas, foi rápido... Aliás, a par da pecuária,

pratica-se na comarca do Rio das Mortes, alguma agricultura, e o Rio de Janeiro se abastecerá aí de muita coisa; de modo que a população se adensa bastante.

Saint-Hilaire (1975, p. 47) deixou uma descrição do que viu, quando passou pela região: “Deste modo, teríamos na comarca do Rio das Mortes, pastagens descobertas, uma população agrícola e pastoril”.

A sua população foi a que mais cresceu a partir da crise da mineração. Nas quatro décadas seguintes a 1776, a população da comarca de Vila Rica, principal área de mineração, teve perda populacional. Significativamente, a comarca que mais cresceu demograficamente foi a do Rio das Mortes, que triplicou a sua população. De 82.781 em 1776, ela foi para 213.617 em 1821. Isso explica a intensificação da colonização do sul de Minas, a dinamização da sua atividade econômica e, por causa do adensamento populacional, a formação das primeiras vilas. Até no padrão de distribuição da população a mudança é perceptível. Na época do auge da mineração, os centros de vida e poder eram as cidades e Minas possuía um perfil demográfico urbano. Na nova realidade econômica que vai sendo criada, o peso da zona rural avulta e os novos mandatários serão dela oriundos, ou com ela terão uma forte relação: “... com o tempo, predominaria uma economia agrícola que debilitaria o foco urbano do século XVIII e faria com que o poder da singular plutocracia mineira viesse a ser superado pelo dos patriarcas rurais...” (Maxwell, 1977, p. 119).

Enquanto o ouro foi o sonho a ser perseguido e foi capaz de canalizar esperanças e energias, o desenvolvimento da região mais ao sul de Minas foi tolhido. O fato de não haver na região nenhum centro transformado em vila no século XVIII, com exceção de Campanha, que só o conseguiu em 1798, é um sintoma da sua fragilidade.

Em 1818, Spix e Martius (1976, p. 155-156) fizeram a viagem de São Paulo aos centros produtores de ouro e passaram pelos caminhos do extremo sul de Minas e em muitos pontos a descrição que deixaram foi desoladora:

Após dois curtos dias de viagem, a partir de Atibaia, chegamos à fronteira da capitania de São Paulo ... a fronteira é formada em todo este lado por altas montanhas na maior parte coberta de selvas fechadas, por onde passam, na direção de Minas, somente poucos caminhos secundários, impraticáveis durante grande parte do ano... Depois de termos transposto o Morro Grande... chegamos... onde está a primeira povoação de Minas Gerais, o arraial de Camanducaia. Os poucos habitantes logo se adiantaram ao nosso encontro.

Após a descrição da caminhada, depois de Camanducaia, feita sob muita chuva e obstáculos inúmeros, dizem:

Muitas vezes não nos era concedido o almejado descanso junto da fogueira pois a lenha molhada dava mais fumaça do que chamuscas. Somente poucas miseráveis cabanas, habitadas em geral por mulatos, encontramos nesses ermos sombrios e,

além de um pouco de leite e feijão preto, não se podia contar com alimento algum (Spix e Martius, 1976, p. 156).

Porém, quanto mais o século XVIII fica para trás, mais o sul de Minas adquire um ritmo próprio de evolução, que não se deve à exploração aurífera e não está ligado ao tipo de povoamento que ela engendra, marcado pela flutuação, rápidos deslocamentos de chegada e saída. A sua população só vai aumentar, núcleos urbanos emergirão, sob a forma, primeiramente, de povoados, depois freguesias, distritos, vilas e cidades, ao longo da primeira metade do século XIX.

Naquele momento, a conjuntura econômica era marcada pela crise da mineração, revelada pelo decréscimo do percentual do quinto arrecadado em todos os anos subsequentes (Maxwell, 1977, p. 286-287). Os dados disponíveis indicam que, apesar da crise no setor, o crescimento da população da capitania foi uma constante, significando que não implicou a sua decadência econômica. Estava em curso em Minas uma notável transformação da sua base econômica. De 362.847 habitantes em 1786, a população passou a 518.985 em 1823. Crescimento expressivo de 156.138 pessoas (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1899, p. 294-295).

Guilherme, Barão de Eschwege (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1899, p. 744), em uma série de dados sobre a província, afirma que a população de Minas em 1821 era de 514.108 habitantes.

Em uma série de dados estatísticos colhidos em fontes diversas e sobre épocas diferentes, Raimundo José da Cunha Matos (1981, p. 64) estima a população da província, em 1831, em cerca de 600.000 pessoas.

Os dados coligidos por Douglas Cole Libby (1988, p. 365) mostram o quadro da população de Minas em dois momentos mais avançados do século XIX. Tabulando dados de censos paroquiais dos anos 50, solicitados pelo governo provincial, indica um total de 961.582 habitantes. O censo de 1872, que o autor utiliza para comparação, indica uma população de 2.039.735 habitantes. É a maior população do Brasil, condição mantida em todo o século XIX. O censo de 1890 indicou uma população de 3.184.099 habitantes. A título de comparação, em referência às duas últimas datas, a Bahia se situava em segundo lugar, com 1.379.616 e 2.117.956 habitantes. Rio de Janeiro, 1.057.696 e 1.399.535. São Paulo, 837.354 e 1.384.753. Pernambuco, 841.539 e 1.030.224.<sup>4</sup>

A pujança econômica e populacional de Minas lhe deu as condições para exibir a maior representação parlamentar no Império. Afonso de E. Taunay traz uma série de dados sobre a representação parlamentar no Império em diversos momentos. A deputação às Cortes de Lisboa, em 1820, era constituída de 68

---

(4) Dados dos censos de 1872 e 1890.

deputados, dos quais 12 de Minas, 8 de São Paulo, 7 do Rio de Janeiro, e as demais circunscrições com números bem abaixo. A Constituinte de 1823, com 89 deputados, era composta por 20 deputados de Minas, 13 de Pernambuco, 11 da Bahia, 9 de São Paulo e 8 do Rio. A primeira legislatura imperial, reunida em 1826, era composta por 20 deputados de Minas, 13 de Pernambuco e Bahia, 9 de São Paulo, 8 do Ceará, e as demais províncias com números bem aquém. Em novembro de 1889, o Senado imperial era composto por 235 membros, sendo 45 de Minas, 28 da Bahia, 25 do Rio, 23 de Pernambuco, 19 do Ceará, 16 de São Paulo, e as demais províncias com uma representação bem inferior (Taunay, 1998, p. 23, 47-49).

Igualmente, o plantel escravista de Minas não cessou de crescer ao longo do século XIX e, em números absolutos, constituía o maior entre as províncias brasileiras, como expresso pelos dados coligidos por Roberto Borges Martins, comparando o número de escravos das diversas províncias em dois anos polarizados no tempo, 1819 e 1872. Minas possuía, respectivamente, 168.543 e 381.893 escravos; enquanto o Rio de Janeiro, 91.070 e 306.425; São Paulo, 77.667 e 156.612; a Bahia, 147.263 e 167.824. O influxo do crescimento para Minas foi de 1,53% ao ano; para o Rio de Janeiro, 2,31%; São Paulo, 1,28%; Bahia, 0,24% (Martins, 1983, p. 188).

Uma certa tradição interpretativa que considerava a província de Minas como estando em decadência econômica no século XIX viu ruir suas bases desde a década de 70, quando inúmeros trabalhos demonstraram o seu vigor, manifestado, entre outros elementos, pelo crescimento contínuo da população escrava. Na verdade, a versão tradicional de uma Minas perdedora de escravos não é corroborada pelos dados estatísticos oriundos de muitas fontes. Eles sinalizam para a força econômica da província, cuja produção não está centrada mais na mineração, nem na cafeicultura. A primeira em decadência, a despeito de revigoramentos ocasionais em determinados momentos, a segunda só viabilizada nas últimas décadas do século. Se não se pode afirmar que sua economia estava desvinculada do mercado externo, com certeza, não se dirigia e ele precipuamente. O grande contingente de escravos na produção indica um dinamismo econômico capaz de gerar excedentes em sua aquisição (Pascoal, 2005, p. 25-69).

A alteração no perfil demográfico de Minas Gerais é visível. Ela demonstra os novos rumos que a capitania está tomando e indica o povoamento de outras áreas. A comarca do Rio das Mortes tem, em 1776, 25,9% da população de Minas e, em 1821, 41,6%. Um aumento de cerca de 158%. O mais expressivo ocorrido em toda Minas Gerais e denotador de grandes mudanças em processo (Fragoso, 1998, p. 125). Processo semelhante ocorreu com a atividade econômica. Se, nos primeiros anos do século XIX, existem algumas áreas que se dedicam, ainda, à exploração do ouro, de forma marginal e secundária, caso de São Gonçalo

do Sapucaí e Campanha, ele, praticamente, é um sonho abandonado. As características físicas da região, próprias para a agropecuária, vão sustentar uma nova atividade econômica, que já vinha se insinuando nos anos anteriores. A economia da região estará baseada, por longo tempo, na produção agrária e na criação de animais e numa série de atividades fabris.

Uma passagem nos escritos de Spix e Martius (1976, p. 161) é reveladora da mudança ocorrida. Ao chegar às proximidades de Santana do Sapucaí, 30 quilômetros ao norte de Pouso Alegre, na parte mais meridional da Comarca do Rio das Mortes, constata o abandono do que fora, antes, um local de exploração do ouro:

Em Santana do Sapucaí ... encontramos as lavras de ouro já de considerável extensão... Tudo dá um aspecto triste de uma destruição selvagem ... esta paisagem entristece o viajante penosamente, pois no primeiro lugar onde se vê tirar ouro, em vez de metal precioso só se tem papel moeda e miséria daí decorrente.

O que contrasta com a descrição dada da fazenda Santa Bárbara, nas proximidades:

Observamos na fazenda Santa Bárbara a aplicação dos princípios de uma lavoura inteligentemente administrada, que somente agora, no declínio da produção das minas de ouro se está fazendo valer na província. Antigamente era a lavagem de ouro a única fonte de riqueza de Minas e os fazendeiros descuidavam-se até de cultivar os necessários gêneros, para alimentar os escravos ... A sucessiva minguagem do rendimento do ouro, porém, levou ao aproveitamento das terras férteis ... a principal produção da sua fazenda consistia em milho, farinha, feijão, e alguma cana-de-açúcar ... Também não é desleixada aqui a criação de gado, especialmente gado bovino... (Spix; Martius, 1976, p. 161).

Na verdade, o novo modelo econômico de Minas, mais especificamente da sua parte mais meridional, está assentado numa produção muito variada, embora tenha em seu fulcro a produção agropecuária. O sul de Minas se configurou como grande produtor de milho, arroz, feijão, fumo, gado, porcos, queijos, carne salgada, algodão, tecidos, chapéus, açúcar, cachaça, etc. Isso é evidenciado com muita clareza quando se examina, ao longo de pontos extremos na escala temporal, 1821 e 1884, a produção por municípios no mapa de Von Eschwege (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1899, p. 737-752)<sup>5</sup> e no Almanack Sul-Mineiro de Bernardo Saturnino da Veiga.<sup>6</sup> Ambos indicam que a variação na produção não foi muito significativa: desfilam os mesmos produtos, com a mesma finalidade, à exceção do café, que na década de 80 emerge como produto importante.

---

(5) O autor foi um estudioso da economia e da movimentação demográfica de Minas. Os seus mapas econômicos e de população, bem como sua reflexão, servem como um material básico para os interessados na realidade socioeconômica de Minas no início do século XIX.

(6) O autor fez uma grande pesquisa em todos os municípios do extremo sul de Minas. É uma importante referência de dados de toda espécie sobre a região.

Dados colhidos nos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram em Minas; dados colhidos nas recebedorias localizadas nas fronteiras com Rio de Janeiro e São Paulo; e relatórios dos presidentes da província indicam que a economia mineira estava inserida no circuito comercial regional e interprovincial, embora não seja fácil dimensionar o grau e a profundidade dessa inserção. As diferenças regionais e sociais em relação ao menor ou maior envolvimento com a atividade comercial são consideráveis. Nem todas as regiões e nem todas as pessoas se dedicavam a alguma forma de atividade produtiva direcionada ao mercado na mesma proporção. Entre os cerca de dois terços da população mineira não proprietários de escravos, certamente não eram poucos os que com eles se relacionavam de forma muito esporádica. As atividades agrárias sustentaram o crescimento demográfico e a prosperidade econômica da região por todo o século XIX.

### **3 A Corte portuguesa no Rio de Janeiro e o impacto no sul de Minas**

Sede da monarquia portuguesa, desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro, o Brasil viu a sua situação mudar muito rapidamente. Com o fim do exclusivismo colonial, que lhe permitiu o livre comércio, a transferência de repartições institucionais para o Rio de Janeiro e até a própria presença física e institucional da realeza, houve a criação de uma nova dinâmica que diferenciou o Brasil dos seus vizinhos americanos. Nenhum deles passou pela experiência inédita de abrigar em seu interior a instituição monárquica e a presença da realeza.

Duas conseqüências são importantes, advindas da presença da Corte no Rio de Janeiro. O fortalecimento da unidade nacional, apesar da conhecida realidade fragmentada da colônia portuguesa. Não havia um Estado costurado, com unidade interna. É bem conhecida a expressão de Feijó nas Cortes de Lisboa sobre a situação fragmentada do Brasil: “Não há aqui mandatários do Brasil; os americanos neste recinto representam exclusivamente as províncias que os elegeram. As províncias têm cada uma um governo autônomo...” (Abril Cultural, 1972, p. 370).

Se a semente de uma nação já estava plantada no período colonial, foi com a chegada da Corte que ela se tornou forte, uma possibilidade já em fase de costura. O simbolismo da figura da realeza e da sua encarnação, o rei (ainda príncipe regente quando da chegada ao Rio de Janeiro) funcionava como um princípio integrador (até em nível psicológico) da sociedade díspar, fragmentada, que era o Brasil no início do século XIX.

Os grandes proprietários rurais, de São Paulo e Minas especialmente, viam-se naturalmente atraídos pelo brilho da Corte real e pela sedução das honras, títulos de dignidades de que ali se encontrava o manancial: entraram portanto a freqüentar

esse Versalhes tropical sito em São Cristovão. Aí se despiam de alguns preconceitos e prestavam ouvidos aos novos Evangelhos (Lima, 1996, p. 88).

Estando no Brasil, D. João iniciou uma política de fomento à produção, para aproveitar as potencialidades enormes da colônia em abastecer regularmente a sede da Corte. O Rio de Janeiro teve um crescimento demográfico excepcional. Em 1808, a sua população era de 50.000 pessoas. Passou para 100.000 em 1817. A cidade possuía fragilidade quanto ao seu abastecimento, agravada pelo seu rápido crescimento após a vinda da Corte. A abertura dos portos, o fim do alvará de 1785, que proibia a fabricação de manufaturas no Brasil, a abertura de estradas para o interior e o incentivo à produção de produtos agropecuários para a subsistência da Corte foram as medidas mais importantes para os objetivos estratégicos que D. João desejava atingir. Era preciso enraizar a Corte, integrar as diversas regiões, ligadas pelos frouxos laços do passado colonial, e viabilizar a administração da monarquia portuguesa a partir do Brasil. É o que Maria Odila Dias (in Mota, 1972, p. 183-184) chamou de *interiorização da metrópole*, uma forma de manter unidos Portugal e Brasil, com a sede da monarquia no último e evitar transformações políticas e sociais não desejadas.

Essas medidas visavam à criação de um núcleo seguro e forte de poder no centro-sul do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, espalhando-se pelo norte e nordeste, integrando todas as regiões do país num corpo político, tendo como gendarme da nova ordem um Estado centralizado. Era uma forma de evitar que as instabilidades da época caminhassem para uma revolução social de tipo haitiano, ou para a fragmentação política à moda dos vizinhos da América espanhola, grandes temores da elite brasileira. Esse era o objetivo estratégico e, para viabilizá-lo, o governo lançou mão de uma política fomentadora do progresso interno: incentivo à produção industrial e agropecuária, comércio e permissão para a abertura de estradas.

Essa situação conjuntural criou uma nova realidade no país, que é atingido em cheio política e economicamente. Antes, os laços que ligavam as unidades que compunham a colônia eram frágeis. D. João procurava fortalecer a unidade interna da colônia.

As classes dominantes do sul de Minas respondem prontamente às novas necessidades. A população havia aumentado desde o último quarto do século XVIII. Produz para o consumo interno, utilizando, inclusive, o braço escravo, conjugado a formas familiares de trabalho. A sua produção, que antes era encaminhada para o auto-abastecimento, agora, diante da nova realidade da presença da Corte no Rio de Janeiro, e das políticas de fomento à produção e ao comércio, postos em prática por D. João, volta a sua produção para abastecê-la.

O sul de Minas reunia as condições para ser um dos maiores beneficiados da nova conjuntura. Possuía as condições naturais adequadas ao plantio. Havia força de trabalho disponível. O braço escravo estava presente desde a época da mineração e aumentou com compras contínuas feitas até o fim do tráfico em 1850 (Martins, 1983, p. 181-209). Trabalho escravo conjugado ao trabalho familiar, que envolvia o proprietário e seus filhos, numa combinação muito rara de ser vista no Brasil, acostumado à separação radical entre trabalho e ócio. As classes ricas do sul de Minas não se aristocratizaram e, por isso, a rejeição ao trabalho não alcançou as proporções das áreas mais antigas, como no nordeste açucareiro, muito embora as distâncias entre o homem livre e o escravo fossem abismais. Os grandes proprietários não criaram uma linhagem nobre na região. Muitos se dedicavam, se não pessoalmente, ao menos por meio de filho ou parente, ao comércio e transporte de mercadorias, conduzindo tropas, atividades rejeitadas pela elite em outros lugares.

Ao estudar a região sul de Minas, Alcir Lenharo (1979, p. 109) relata que: “... forma sui generis de organização das tropas da região; elas aparecem demarcadas por um caráter de complementaridade à propriedade e tendem a compor uma tipologia especial, onde as categorias proprietários–tropeiros aparecem associadas.”

A seguir, ele cita um caso presenciado por Luccock e que muito o surpreendeu, ao tomar conhecimento de que um tropeiro era dono de uma propriedade, onde fora convidado a ficar hospedado. Era um proprietário que conjugava com essa situação a atividade de tropeiro, tida como menor em outras regiões, onde a separação do status do proprietário em relação ao comerciante, mascate, ou tropeiro, era marcante (Lenharo, 1979, p. 109).

Da mesma forma foi o espanto de Saint-Hilaire (1974, p. 67), em viagem pelas terras do sul de Minas. Falando das tropas que encontrou pelo caminho, anota que “pertencem a ricos particulares da vizinhança que levam fumo ao Rio de Janeiro. Um dos proprietários dessas tropas possui 300.000 cruzados, e todavia seus filhos tangem os burros”.

Em outro momento, fazendo uma comparação entre o comportamento das pessoas das comarcas mais ao norte, mais ricas e que mais haviam se dedicado à mineração, mais polidas e mais abertas à instrução, e a comarca do Rio das Mortes, que engloba o sul de Minas, nota nela certa rudeza, desapego às tradições e mais abertura em relação a certos tipos de relacionamento, que não seriam comuns em áreas urbanas, ou regiões de grande lavoura,

... na comarca de São João (sede da comarca do Rio das Mortes), o povo geralmente mais sujo é também muito menos civilizado ... os habitantes do campo aplicam-se mais à agricultura. Trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no

meio dos animais, e com seus costumes tomam, necessariamente, algo da rusticidade das ocupações (Saint-Hilaire, 1974, p. 37).

Esse fato é muito ilustrativo e vai contra toda uma forma de comportamento criado em países escravistas, onde o desamor pelo trabalho e a sua identificação com ocupação de escravos são muito fortes e se tornaram elemento cultural importante, capaz de, entre outros fatores, travar o progresso e o surgimento de relações sociais mais igualitárias (Prado Júnior, 1987, p. 290).

Tudo isso conjugado possibilitou à sociedade uma base econômica efetiva que lhe garantiu auto-sustentação, crescimento demográfico e prosperidade material. Não mais se trata da sociedade volátil dos primeiros tempos da mineração, ainda no século XVIII. O progresso material tornou-se um chamariz para o aumento constante do contingente populacional. Vilarejos, povoados, freguesias, distritos e as primeiras vilas vão transformando o panorama humano regional. A Revista do Arquivo Público Mineiro apresenta um quadro populacional da região do extremo sul, explicitando a população livre e escrava. Esse documento é fruto do primeiro censo feito na região. Engloba o imenso termo da vila Campanha, que é o limite territorial para esta pesquisa. Ele demonstra a fixação da população, que só pode ser explicada pelo novo dinamismo econômico oriundo da produção de artigos mercantis de subsistência, de cereais a animais, vendidos em várias praças, embora preferencialmente se orientassem para a Corte.

Quadro da população do termo de campanha – 1826 <sup>(1)</sup>

Freguesias	Pessoas Livres		Escravos		Total
	H	M	H	M	
Campanha	3.019	3.156	1.280	1.132	8.587
S. Gonçalo Sapucaí	1.327	1.182	741	452	3.702
Santa Catarina	1.644	1.571	868	527	4.610
Douradinho	1.197	1.193	324	199	2.913
Santana do Sapucaí	1.791	1.832	645	369	4.637
Caldas	1.081	1.321	660	240	3.302
Ouro Fino	1.631	1.623	527	336	4.117
Camanducaia	1.920	1.843	354	200	4.317
Pouso Alegre	2.733	2.472	854	431	6.490
Itajubá	1.344	1.297	763	435	3.839
Soma	17.687	17.490	7.016	4.321	46.514

Nota: (1) *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Fascículo 3, p. 637, jul./set. 1896.

Terras e mais terras foram tomadas para cultivo, por meio de sesmarias até 1822 e posses, a partir daí. Amadeu de Queirós (1933, p. 20), um estudioso de Pouso Alegre, registra que: “Por volta de 1819, ainda existiam, nos arredores da povoação, grandes extensões de terras devolutas, que, em seguida, foram

adquiridas pelos novos moradores, por meio de cartas de sesmaria e de que nasceram várias fazendas de criar.”

Um pouco mais à frente, no entanto, afirma:

No fim do seu segundo ano de existência, a câmara de Pouso Alegre tinha realizado o grande trabalho da organização da vila e consolidado as bases em que se assentava a prosperidade do lugar que progredia na lavoura, no comércio e na criação. Já não contava terras devolutas nos seus arredores, e todas produziam abundantemente... (Amadeu de Queirós, 1933, p. 66).

Entre a primeira afirmação, referente ao ano de 1819, e a outra, 1833, passaram-se 14 anos, em que o crescimento da freguesia, depois Vila de Pouso Alegre, foi rápido e mudou o seu aspecto físico e fundiário.

Respondendo a um ofício expedido pelo Conselho do Governo datado de 1825, em que era pedido um diagnóstico social e econômico do termo da Vila, a Câmara de Campanha assim se expressa: “3º – Se todo o termo está ocupado por título de sesmaria, ou posses, e se ainda resta algum devoluto? Todo o terreno está dominado por poucas sesmarias, e muitas posses, e vendas de apossadores.” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1896, p. 624)

O cultivo de produtos como mandioca, milho, feijão, arroz, trigo, chá, a criação de gado, porcos, fabricação de queijo, plantação de fumo, o comércio de compra e venda<sup>7</sup> com os lugares vizinhos, sobretudo, com o Rio de Janeiro, vão possibilitar às forças dominantes da região tornar-se um sujeito coletivo com interesses e porta-vozes que os expressam. Uma rede de comércio vai sendo montada ligando as duas regiões. O historiador Alcir Lenharo (1979, p. 124-132) estudou essa ligação. Mostrou como os interesses da classe proprietária e dos comerciantes do sul de Minas Gerais se projetaram na Corte e se encaminharam em nível político, na medida em que se alinharam ao grupo dos Liberais Moderados, liderados por Feijó e Evaristo da Veiga, contrários tanto ao projeto Caramuru, desejosos da restauração do trono de D. Pedro I que havia abdicado em 1831, quanto ao dos Farroupilhas, desejosos da implementação de uma série de leis democráticas, contrárias aos interesses da elite política da época, além de favoráveis à descentralização do poder político e administrativo em nível local.

Essa extensa rede comercial que ligava as duas regiões se tornou a base para que o mundo da Corte penetrasse no interior, de variadas formas: consumo dos produtos a partir de lá distribuídos, imitação dos seus costumes e, sobretudo, o relacionamento político que uniu fortemente suas elites.

---

(7) Da Corte para o sul de Minas vêm comprados a farinha de trigo, vinhos, gêneros da Europa e escravos.

Era para o Rio de Janeiro que ia grande parte da produção agropecuária sul-mineira. Era de lá que provinha boa parte dos produtos consumidos e que não podiam ser produzidos ou fabricados na região. A instabilidade política do Rio de Janeiro deixaria intacta a rede comercial entre as duas regiões? A referência histórica conduz a uma resposta negativa a essa pergunta. Lenharo (1979, p. 125) assim se expressa:

Ficar com a Corte significava na verdade ficar com o mercado; ou então assumia-se uma postura conservadora para justificar a manutenção das relações mercantis. Entre as diferentes possibilidades de opções políticas ficava-se com aquela que já existia, ao invés de se buscar alternativa, exatamente porque ela favorecia a manutenção dos vínculos das áreas produtoras com o mercado consumidor.

Em 1831, os vínculos dos proprietários mineiros com o mercado carioca encontravam-se ainda mais estreitos e o mercado ... constituía-se em referencial político necessário. Proprietários e autoridades do interior mantinham-se vigilantes em vista do ambiente conturbado da Corte.

Saint-Hilaire (1974, p. 44), que acompanhou os conflitos em Minas, em 1822, entre membros da junta governativa, desejosos de permanecer fiéis a Portugal, e D. Pedro, notou que: "... só se falava com respeito da Casa de Bragança, mostrando todos o maior desejo de permanecerem unidos ao Rio de Janeiro, única cidade onde os cultivadores da região acham escoadouro para as produções de suas terras."

O mercado que unia, pelo comércio, o Rio de Janeiro e o sul de Minas, criou uma teia de relações que chegou à política. A derrocada da ordem no Rio acarretaria a desorganização do comércio, vital para o sul de Minas, que dele dependia para escoar a sua produção e obter um excedente monetário capaz de fazer frente às necessidades materiais do dia-a-dia.

Os mineiros apoiaram o projeto mais moderado dos liberais e o seu ascenso político se processou. Embora os interesses comerciais estivessem, havia muito, plantados no Rio de Janeiro, a sua ascensão política nacional não fora possível na época de D. João VI e D. Pedro I, por causa de um processo seletivo que não contemplava os elementos do sul de Minas, que nessa época estavam fora do grande comércio, da grande propriedade, há muito tempo ligados aos misteres políticos do Rio de Janeiro.

A partir de 1831, com a abdicação de D. Pedro, muitos elementos novos sobem à cena política nacional, capitaneados por Feijó e Evaristo da Veiga.

O período regencial será marcado pela atuação política de mineiros como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, e de elementos que saem do coração do sul de Minas, como o padre e senador José Bento, cuja atuação política na Corte vai galvanizar todas as forças moderadas no

sul de Minas, a partir de Pouso Alegre, onde possuía fazenda, fora pároco e exercia grande liderança. Também merece menção o padre liberal José Custódio Dias, deputado, senador, possuidor de fazenda de gado na região de Alfenas, ligado ao senador José Bento e ao grupo de Feijó e Evaristo da Veiga.

Os representantes políticos do sul de Minas se projetam no cenário político nacional. Antes de 1831 não ocorrera essa ligação política tão intensa e explícita em virtude dos mecanismos políticos próprios da era de D. João VI e Pedro I e da própria realidade socioeconômica da região. Ou seja, as condições estruturais da região e conjunturais do Brasil à época impediam uma ligação política mais forte.

O fator conjuntural pode ser explicado pela época de D. João VI e Pedro I, possuidora de mecanismos de seleção política controlados de dentro do *establishment*, tendo ao comando a pessoa do rei. A presença de elementos portugueses era dominante, sobretudo na época de D. João VI. A vinda da Corte para o Rio de Janeiro transplantou a máquina político-administrativa controlada pelos portugueses, tendo uma pequena parcela da elite brasileira como associada. O primeiro reinado, no momento em que os laços coloniais foram rompidos, abriu mais espaço para a atuação da elite brasileira, mas D. Pedro I se cercou de elementos portugueses na administração, sobretudo após o conflito que culminou com a dissolução da Constituinte de 1823. Essa ligação com os portugueses foi a causa da crescente insatisfação do Partido Brasileiro, que se afastou do imperador, gerando conflitos agudos que culminaram na sua renúncia em 7 de abril de 1831.

Essa situação obstava a formação de um grupo político forte e coeso para atuação em nível nacional e mesmo regional. Foi a partir de 1808 que se constituiu uma intensa relação comercial e se geraram grupos de interesses econômicos que uniam forças sociopolíticas do sul de Minas e do Rio de Janeiro. Esse fator foi fundamental, uma espécie de pré-requisito para a formação e atuação de grupos políticos da região sul-mineira no cenário político nacional. Isso, além de consolidar a posição econômica, enraizando e firmando o seu perfil agrário, jogou-os nos embates políticos travados na capital do país, fundamentais para o futuro político da jovem nação.

O mercado e a dinâmica econômica foram os fatores de maior peso na união dos projetos políticos das duas regiões, embora não os únicos. A própria circunstância política da independência do Brasil e o processo, verificado de 1822 até o final da década de 40, da construção do Estado, além da necessidade de institucionalizar, normalizar e estabilizar a sua vida política, revelaram-se fator de muito peso na determinação da orientação política que as forças políticas dominantes do sul de Minas seguiram após a independência do Brasil. Era a sua primeira experiência política e ela foi feita na forma e conteúdo conservadores,

que para elas não tinha o significado que comumente é atribuído à palavra. Elas se sentiam portadoras de uma missão histórica indeclinável e progressista: a construção do Estado e da Nação, em ordem e paz social, num regime representativo e constitucional, capaz de levar o país à prosperidade material e cultural.

Toda a região sul-mineira se integrou à política de interiorização da metrópole, perseguida por D. João. O abastecimento da Corte foi tomado como um instrumento de enraizamento da capital no interior, e vice-versa, proporcionando uma integração que tanta influência exerceu para manter unidas as diversas regiões do Brasil, quando os conflitos oriundos da independência eclodiram. Essa integração, no momento, é apenas econômica. Mais tarde evoluirá para o nível político.

Dessa forma, foi se criando uma rede de interesses baseados no comércio de compra e venda de produtos do Rio e para o Rio, compra e venda feitas com cidades circunvizinhas e com São Paulo, que transformou o sul de Minas numa área integrada ao centro político e econômico do país. Processo que só aumentaria à medida da chegada do café, mas que é anterior a ele.

Em conclusão, à medida que entramos no século XIX, a mudança na fisionomia de Minas é explícita. A era do ouro ficou para trás. Minas passa a ser uma província produtora de artigos agrícolas e de criação de animais, voltados para o mercado interno.

Um exemplo significativo que ilustra a nova situação econômica vivida por Minas é dado por Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1988, p. 30-31), nascido em Campanha, pertencente a uma das famílias mais abastadas e influentes do lugar. Ele afirma que:

Como acontece a todas as povoações que devem sua fundação a descobertas do ouro ou de pedras preciosas, o desenvolvimento da Campanha foi, com efeito, não só relativamente grande, mas extremamente rápido ... a prosperidade de Campanha muito pouco durou.

A sua própria família cumpriu uma trajetória similar. O seu avô, o membro mais ilustre da família, comendador Paula Ferreira, alcançou fortuna com a exploração do ouro, mas foi no comércio que a preservou. Sobre essa base é que exerceu grande influência política na região. Amigo de Limpo de Abreu, recebeu Feijó em casa e era íntimo do senador José Bento (*idem*, p. 145-150). A vinda da Corte para o Brasil acelerou o processo de transformação da base econômica de Minas. Esses fatores conjugados acarretaram o aumento da população e a dedicação à produção de gêneros de subsistência para o comércio. Foram essas atividades que responderam às necessidades que os grupos humanos aí instalados sentiram como exigência para a reprodução da sua vida social.

### **Conclusão**

A sociedade é formada por indivíduos que estabelecem relações determinadas no interior de grupos mais ou menos amplos, cujos membros se identificam por uma série de fatores. Um desses fatores são os interesses econômicos conformadores da visão de mundo, da perspectiva perante o cotidiano e da disposição de defendê-los perante grupos rivais. Quando essas identificações alcançam certo grau de generalização, pode-se dizer que elas apontam para a existência de classes sociais. Classe social é um conceito que exprime a existência de sentimentos e interesses coletivos num grupo mais amplo de indivíduos que com eles se identificam, pautando sua conduta pelos valores consagrados, a despeito de matizações e divergências incapazes de ferir o essencial. Esses indivíduos procuram espaço social para poder exercer sua atividade e consagrar seus interesses materiais, que não são materiais exclusivamente, pois estão imbricados com valorações, cultura política e disposição para defendê-los. A luta política é o instrumento mais importante na defesa dos interesses de classe. Toda classe que aspira a ser hegemônica procura generalizar os seus interesses, pois toda classe dominante necessita de uma visão universalista para fazer coincidir os interesses dos outros com os próprios, numa espécie de naturalização do privilégio e da dominação.

Uma classe não pode ser concebida como categoria monolítica. Em seu interior existem frações que divergem, que se sobrepõem em poder e capacidade para generalizar seus interesses, torná-los mais bem representados no Estado, e fazer coincidir sua visão de mundo com a do resto da sociedade.

A representação de interesses não é imediata no Estado moderno. É mediata e, por vezes, interesses das frações dominantes podem ser contrariados para a continuidade menos problemática da vida social, que na realidade é um universo de interesses contraditórios. Mas isso não implica a contrariedade regular dos interesses essenciais. José Murilo de Carvalho (1996, p. 269-298), em análise sobre o Brasil imperial, afirma que o processo de extinção da escravidão, desde o fim do tráfico até as leis abolicionistas, visivelmente contrariou os interesses da grande classe proprietária de terra e escravos.

As forças dominantes no sul de Minas, compostas por proprietários de terra e escravos, proprietários-comerciantes escravistas, dedicados à produção mercantil de artigos de subsistência comercializados em várias praças, sobretudo no Rio de Janeiro, comerciantes, autoridades policiais e da Guarda Nacional, magistrados, se constituíram nos primeiros decênios do século XIX, por força de uma dinâmica histórica que estruturou um tipo de economia que lhes serviu de substrato e garantiu as bases da sua reprodução social. Encontraram uma conjuntura política febril, marcada pelo processo que conduziu à independência do

Brasil e à estruturação do Estado Nacional, com a qual se envolveram profundamente, resultando num trabalho intenso de configuração da sua postura, ação e comportamento político. Ao final, emergiu uma cultura política que as acompanhou por longo tempo. Essas forças sociais dominantes, ao defender seus interesses materiais, defendiam uma forma de organização do Estado, uma prática política baseada numa cultura política produtora e produto das suas ações, que coincidiram com o projeto dos grupos em favor da ordem e da moderação no Rio de Janeiro. Era um momento crucial da história daqueles homens que se envolveram profundamente nas lutas políticas derivadas da constituição do Estado Nacional brasileiro. Variados projetos sociais e políticos expressavam interesses divergentes na sociedade. As forças sociais dominantes no sul de Minas, claramente, fizeram a sua opção, tendo como horizonte duas situações condicionadoras: a sua situação material marcada pela economia agrário-comercial direcionada ao abastecimento interno, que as ligava às forças hegemônicas na política nacional, e a conjuntura política febril, caracterizada pela luta em torno da afirmação do Estado Nacional brasileiro.

Se política e economia não se identificam, tendem a se encontrar nas tramas da história. Dificilmente as injunções da dinâmica econômica deixam de operar no cenário político. Isso não significa que uma seja tributária da outra, mas que o poder econômico cria demandas que só podem ser atendidas, de forma mais plena, na esfera política. É evidente que a representação política no Estado moderno expressa interesses de variados setores sociais, que não podem deixar de ser considerados sob pena de gerar crises político-institucionais que paralisam, ou dificultam, os fluxos normais da vida cotidiana em suas múltiplas dimensões. Em algumas situações, mesmo os interesses dos setores dominantes economicamente têm de ser contrariados em função de uma visão estratégica de maior prazo. A história está repleta de exemplos nesse sentido. Todo o processo de abolição da escravidão no Brasil se situa nesse nível. As ações de Getúlio Vargas, a despeito de toda polêmica de que é revestida, na questão das leis trabalhistas, não deixam de ser um exemplo notável de confirmação da assertiva.

Por outro ângulo, muitas vezes, apesar de o discurso ideológico insinuar o contrário, a prática política não consegue contrariar interesses econômicos cristalizados, como demonstra sobejamente a política econômica posta em prática no governo Lula. Isso não significa qualquer juízo de valor, mas simplesmente a constatação de que a luta política não é uma abstração e nem se faz no vácuo. Inserida na materialidade dos circuitos que constituem o mundo econômico-social, ela não pode desconhecer os condicionamentos daí advindos. Em algumas circunstâncias, o acoplamento entre ambas as dimensões é bastante visível, fruto de uma circunstância especial. É o caso do sul de Minas no período tratado neste artigo.

## Referências bibliográficas

### Livros e artigos

ABRIL CULTURAL. *Grandes personagens da nossa história*. São Paulo: 1972. v. 2.

ARON, Raymond. *Estudos políticos*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões (1808- 1853)*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DOUGLAS, Cole Libby. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: aventura e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GUIMARÃES, Armelin. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo II, v. 2.

LEITE, Aureliano. *São Francisco de Paula de Ouro Fino nas Minas Gerais*. 2. ed. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1941.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 2.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v. 1.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Negociantes e tropeiros em um território de contrastes. O setor comercial de Minas Gerais no século XIX*. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos.html](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos.html)

PASCOAL, Isaías. *Economia agrária e poder político no sul de Minas: a formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado)–Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reprodução da força de trabalho no sul de Minas – século XIX – no contexto de uma formação econômica não-exportadora*. Tese (Doutorado)–Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUEIRÓS, Amadeu de. *O Senador José Bento*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

\_\_\_\_\_. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH – Unicamp*, Campinas, n. 17, jun. 1985.

SPIX, Johan B. von; MARTIUS, Carl F. P. von. *Viagens pelo Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. v. 2.

TAUNAY, Affonso de E. *O senado do império*. [s.l.]: Ed. Faccimlar, Brasília: Senado Federal, 1998.

VALADÃO, Alfredo. *Vultos nacionais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

### **Relatórios**

RELATÓRIOS dos presidentes da Província de Minas Gerais de 1840-1900. Disponível em: [www.crl.edu-content-brazil-mina.htm](http://www.crl.edu-content-brazil-mina.htm)

### **Revistas**

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Anno 1, Fascículo 3, jul./set. 1896.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1899. n. IV: Documentos Diversos. População da Província de Minas Gerais.